

Atvos Bioenergia Eldorado S.A.
(anteriormente denominada Usina Eldorado S.A.) - CNPJ nº 05.620.523/0001-54

Relatório dos administradores

Senhores acionistas: Apresentamos determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras em 31/03/2024 e 2023, acompanhadas das principais notas explicativas.
São Paulo, 28 de junho de 2024

Balanco patrimonial - 31 de março de 2024 e 2023 - (Em milhares de reais)

		Nota	31/03/2024	31/03/2023
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalente de caixa	5 (a)	231.786	151.890	
Contas a receber de clientes	6	25.588	14.985	
Estoque e adiantamentos a fornecedores	7	172.958	152.432	
Ativo biológico	8	164.302	70.234	
Tributos a recuperar	9	41.970	48.961	
Partes relacionadas	10 (a)	5.666	11.464	
Instrumentos financeiros derivativos	30	30.229	—	
Outros créditos		7.059	11.688	
Total do ativo circulante		679.558	461.654	
Ativo não circulante				
Aplicações financeiras	5 (b)	10.565	11.961	
Estoque e adiantamentos a fornecedores	7	59.989	36.822	
Tributos a recuperar	9	25.791	9.622	
Partes relacionadas	10 (a)	33.819	117.069	
Depósitos judiciais	24 (c)	2.808	4.465	
Outros créditos		1.621	5.061	
		134.593	185.000	
Investimentos	11	2.439	2.154	
Imobilizado	12	1.030.118	905.843	
Direito de uso	14 (a)	396.845	344.615	
Intangível	13	356.151	375.207	
Total do ativo não circulante		1.920.146	1.812.819	
Total do ativo		2.599.704	2.274.473	

		Nota	31/03/2024	31/03/2023
Passivo e patrimônio líquido				
Passivo circulante				
Fornecedores	15	81.656	72.670	
Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹	15	54	19.758	
Empréstimos e financiamentos	16	1.853	2.458	
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ¹	16	—	38.274	
Passivos de arrendamento	14 (b)	54.907	51.262	
Instrumentos financeiros derivativos	30	16.124	—	
Salários e encargos	17	17.057	11.078	
Tributos a recolher	18 (a)	4.928	3.631	
Tributos parcelados	18 (b)	—	10.892	
Adiantamentos de clientes	19	3.128	14.916	
Partes relacionadas	10 (a)	6.111	4.771	
Outros débitos		376	21	
Total do passivo circulante		186.194	229.731	
Passivo não circulante				
Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹	15	—	51	
Empréstimos e financiamentos	16	1.987	5.289	
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ¹	16	200.290	636.365	
Passivos de arrendamento	14 (b)	375.333	301.013	
Tributos a recolher	18 (a)	3.698	3.128	
Provisão para contingências	24 (a)	3.847	10.396	
Imposto de renda diferido passivo	22 (a)	133.659	62.845	
Total do passivo não circulante		718.814	1.019.087	
Total do passivo		905.008	1.248.818	
Patrimônio líquido	20			
Capital social		1.964.314	1.561.870	
Ajuste de avaliação patrimonial		(2.640)	—	
Prejuízos acumulados		(266.978)	(536.215)	
Total do patrimônio líquido		1.694.696	1.025.655	
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.599.704	2.274.473	

(¹) Plano de Recuperação Judicial encerrado em 15 de setembro de 2023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - 31 de março de 2024 e 2023 - (Em milhares de reais)

		Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	Total do
Saldo em 1º de abril de 2022			1.561.870	—	(522.824)	1.039.046	
Prejuízo do exercício			—	—	(13.391)	(13.391)	
Saldo em 31 de março de 2023			1.561.870	—	(536.215)	1.025.655	
Aumento de capital	20 (a)	402.444	—	—	—	402.444	
Ganho líquido com instrumentos financeiros designados como hedge accounting (i)	30.1(e)	—	—	(2.640)	—	(2.640)	
Lucro líquido do exercício			—	—	269.237	269.237	
Saldo em 31 de março de 2024			1.964.314	(2.640)	(266.978)	1.694.696	

(i) Efeito reflexo da adoção da prática de *hedge accounting* e efeitos de instrumentos derivativos contratados pela Companhia, conforme Notas 2.6 e 30.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: (a) A Atvos Bioenergia Eldorado S.A. (anteriormente denominada Usina Eldorado S.A.) (adiante referida como “UEL” ou “Companhia”), foi constituída em 22 de abril de 2003, possui sede em São Paulo, tendo como objeto social a importação e exportação de produtos de agricultura e pecuária em geral, especialmente cana-de-açúcar, açúcar, etanol e seus subprodutos, e a produção, fornecimento e distribuição de energia elétrica, tendo como controladora direta a Atvos Agroindustrial Participações S.A. (“Atvos Par”), e como controlador final Agroenergia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“FIP Gestor” ou “FIP Agroenergia”). Em 15 de setembro de 2023 o juiz da 1ª Vara de Falcências e Recuperações Judiciais da Capital de São Paulo proferiu decisão decretando o encerramento da Recuperação Judicial da Companhia. Detalhes do encerramento da Recuperação Judicial se encontram descritos na nota 1 (c) abaixo. (b) A Companhia tem capacidade de moagem instalada de 4,1 milhões de toneladas de cana por ano, tendo sido processadas 4 milhões de toneladas de cana no exercício findo em 31 de março de 2024 (3,1 milhões de toneladas, em 31 de março de 2023). Em 25 de novembro de 2022, foi assinado Acordo de Investimento, Assunção de Obrigações e Outras Avenças celebrado, entre Agroenergia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“FIP Gestor” ou “FIP Agroenergia”), MC Green Energy Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“FIP MC Investidor” ou “FIP MC Green”), Mubadala Consultoria Financeira e Gestora de Recursos Ltda. (“Mubadala”), Soneva Energias Renováveis S.A. (“Nova Controladora”) e os Credores Signatários, onde foi acordado, entre outros temas, a autorização da Troca de Controle e exercício dos Bônus de Subscrição, com fundamento nas Cláusulas 5.16.3.1. e 7.2(ii.d) do Plano de Recuperação Judicial, o qual foi aprovado na reunião de credores de 28 de dezembro de 2022. Em 26 de janeiro de 2023, o FIP Agroenergia adquiriu, em sua integralidade, as ações detidas pela LSF10 Brazil U.S. Holdings LLC. (“LSF10”), passando a ter o controle direto da, até então, controladora indireta da Companhia, Atvos Agroindustrial S.A. O FIP Agroenergia é responsável por gerir os direitos econômicos dos credores originais dos créditos da Tranche B. No decorrer da safra 23/24, conforme descrito nas notas explicativas nº 16 e 20(a), foram realizados parte dos movimentos societários previstos no Acordo de Investimentos e no Plano de Recuperação Judicial da Companhia e das demais recuperandas, para a troca de controle do Grupo Atvos, como: (i) em 05 de abril de 2023, a assunção pela controladora direta da Companhia, Atvos Par, de todos créditos da Tranche B da Companhia; (ii) em 18 de abril de 2023, assunção de créditos e débitos da Companhia junto ao Grupo Novonor na controladora direta da Companhia, Atvos Par, para a concentração e equalização das dívidas (condição precedente à troca de controle, conforme PRJ), com efetivação ocorrida em 20 de junho de 2023, após transcurso prazo legal de 60 dias para a manifestação dos credores das recuperandas; (iii) em 20 de junho de 2023, após realizados os movimentos societários previstos no Acordo de Investimentos e após a Soneva exercer o seu direito de preferência com relação à emissão do Bônus de Subscrição na controladora indireta da Companhia, Atvos Bioenergia, a Soneva, se tornou a nova controladora do Grupo Atvos, possuindo 90% de participação sobre o seu capital social da Companhia, Atvos Bioenergia, e permanecendo o FIP Agroenergia como controlador final; (iv) em 15 de setembro de 2023, foi proferida decisão decretando o encerramento da Recuperação Judicial e homologação do aditamento ao plano de recuperação das recuperandas do Grupo Atvos, conforme descrito na nota explicativa nº 1(c); (v) conforme previsto no Acordo de Investimentos, em 19 de setembro de 2023 o FIP MC Green realizou aporte de R\$500.000 na Atvos Par em troca de 31,5% do capital social da controladora direta da Companhia, a ser destinado para as áreas agrícola e industrial, com o objetivo de impulsionar a capacidade de produção do Grupo Atvos e atingir sua capacidade instalada de moagem de cana-de-açúcar por safra. Essa transição foi um marco para o Grupo Atvos, pois encerrou uma fase de conflitos societários e consolidou a sustentabilidade do negócio e o encerramento do seu processo de recuperação judicial; e (vi) em 19 de outubro de 2023, o FIP MC Green adquiriu 10% da participação no capital social da controladora indireta da Companhia, Atvos Bioenergia, detidas anteriormente pelo Grupo Novonor. Ao vender sua participação, o Grupo Novonor deixou de compor o quadro acionário do Grupo Atvos, que ainda tem sua controladora, Soneva Energias Renováveis, com 90% de participação na Atvos Bioenergia. A transação ocorreu 30 dias após o FIP MC Green se tornar sócio do Grupo Atvos. Com a nova transação, o FIP MC Green passou a fazer parte também do quadro acionário da controladora indireta da Companhia, Atvos Bioenergia, holding do Grupo Atvos. (c) Plano de Recuperação Judicial (informações referentes ao PRJ consolidado do Grupo, exceto quanto informações de pagamento que são próprias da Companhia): A Companhia sua controladora direta, Atvos Agroindustrial Participações S.A., e as demais empresas do grupo Agro Energia Santa Luzia S.A., Destilaria Alcídia S.A., Pontal Agropecuária S.A., Rio Claro Agroindustrial S.A., Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável e Usina Conquista do Pontal S.A. apresentaram em conjunto, em 29 de maio de 2019, Pedido de Recuperação Judicial na 1ª Vara de Falcências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (“LRF”), com a finalidade de reestruturar financeiramente suas dívidas, com vistas a preservar a continuidade das operações, buscar o equilíbrio financeiro e, principalmente, reforçar o compromisso do Grupo Atvos com seus mais de 9,8 mil integrantes à época, suas famílias, comunidades, parceiros, fornecedores e clientes com quem a Companhia e demais recuperandas atuam conjuntamente. O Pedido foi autuado sob o nº 1050977-09.2019.8.26.0100 e distribuído ao Juízo da 1ª Vara de Falcências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, que deferiu o processamento da Recuperação Judicial conforme decisão publicada no dia 07 de junho de 2019. No dia 20 de maio de 2020, o Grupo Atvos apresentou a versão final do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) e em cumprimento à agenda da Assembleia Geral de Credores (“AGC”) colocou para votação a possibilidade de consolidação substancial do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) de forma a apresentar apenas um Plano para todas as Recuperandas. Os credores aprovaram a consolidação substancial de 7 Recuperandas, sendo elas: Atvos Agroindustrial S.A., Atvos Agroindustrial Participações S.A., Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A., Destilaria Alcídia S.A., Pontal Agropecuária S.A., Rio Claro Agroindustrial S.A. e Usina Eldorado S.A. A recuperação judicial das Recuperandas Agro Energia Santa Luzia S.A. (“USL”) e Usina Conquista do Pontal S.A. (“UCP”) foi tratada em Planos Individuais, substancialmente equivalentes ao PRJ Consolidado das outras sete empresas. No dia 17 de agosto de 2020, foi proferida decisão judicial homologatória do PRJ Consolidado e dos planos individuais da USL e da UCP. A referida decisão foi publicada no dia 20 de agosto. Com a homologação, foram implementados os cronogramas de pagamentos a credores, além de outras ações previstas nos PRJs. Em 15 de setembro de 2023 o juiz da 1ª Vara de Falcências e Recuperações Judiciais da Capital de São Paulo proferiu decisão decretando o encerramento da Recuperação Judicial da Companhia e demais recuperandas do Grupo, a qual foi publicada no Diário da Justiça no dia 20 de setembro de 2023. O juiz também homologou o aditamento ao plano de recuperação das recuperandas. Assim, fica prevista uma nova estrutura de pagamentos da dívida, tanto para os credores quicratórios não financeiros (fornecedores) quanto para os credores financeiros (bancos). Do total das dívidas financeiras originais desde o início do PRJ, 54% já haviam sido equacionadas e o prazo para pagamento da dívida remanescente foi alongado até dezembro de 2024. Abaixo um breve resumo das principais alterações que foram aplicadas aos créditos da Tranche A, que contabilmente foram consideradas como uma nova dívida (com extinção da anterior e reflexos contábeis registrados no resultado do exercício corrente, conforme conciliado nos quadros a seguir):

	Vigente até 19/09/2023	Vigente a partir de 19/09/2023
Data início	29/05/2019	29/05/2019
Data vencimento	20/12/2034	20/12/2042
Atualização	115% CDI	100% CDI
Capitalização integral de juros ao principal até	20/03/2022	31/12/2025
Amortização de juros	Pagamentos trimestrais, sendo as 4 primeiras parcelas de 50%, capitalizando o saldo remanescente ao principal.	Pagamentos trimestrais a partir de 20/03/2026, limitado a 6% ao ano, sendo o saldo superior capitalizado ao principal com projeção de liquidação no vencimento da última parcela.
Amortização de principal	Pagamentos trimestrais a partir de 20/12/2022, sendo as 4 primeiras parcelas de 0,50% e, demais 45 parcelas fixas iguais.	Pagamentos trimestrais a partir de 20/03/2026, sendo 0,75% nos primeiros 6 anos e aumentando gradativamente o percentual de liquidação até a última parcela, considerando o saldo teórico.

	Vigente até 19/09/2023	Vigente a partir de 19/09/2023
Crédito das liquidações já realizadas	—	As parcelas liquidadas (Tranche A) do plano antigo, serão utilizadas como créditos para quitações das primeiras parcelas do novo plano, projetando desembolso de caixa somente a partir de março 2027.
Criação do saldo teórico	—	Considera-se o saldo inicial do plano mais o valor de juros capitalizados até 31/12/2025, sem abater os valores já pagos nos planos, antigo e/ou atual, tendo assim o valor base para cálculo dos percentuais de principal a quitar, até o final do plano.
Amortizações extraordinárias	—	Será apurado nos fechamentos da safra, a partir de 31/03/2023, e pago até 30 dias após emissão das demonstrações financeiras ou final do mês de julho do respectivo ano, dos dois o menor, e o valor será abatido das últimas parcelas nos termos do referido aditivo.

Com as alterações ocorridas, as dívidas da Tranche A nas condições originais do Plano foram extintas, e foi registrada uma nova dívida com as novas condições aprovadas no aditivo. O impacto líquido nominal destas alterações encontra-se registrado no resultado financeiro e está assim representado:

	Vigente até 19/09/2023	Vigente a partir de 19/09/2023	Impacto líquido
Eldorado	293.026	278.417	14.609
Para a mensuração dos novos passivos financeiros a valor justo, a Companhia utilizou o método do fluxo de caixa descontado. A taxa de desconto considerada como mais apropriada para refletir o risco de crédito da Companhia, foi estimada adicionando à taxa básica de juros o risco de crédito obtido por em cotação independente realizada pela Companhia, a qual se aproxima com as de benchmarks de empresas comparáveis, com estrutura de capital semelhante à qual a Companhia possuía após a saída da recuperação judicial e homologação do aditivo do PRJ em 19 de setembro de 2023. A metodologia da estimativa de valor justo foi de nível 2.			

Custo amortizado Valor justo Ganho valor justo

Eldorado 278.417 181.065 97.352

Com a extinção das referidas obrigações, conforme determina o CPC 48 - Instrumentos financeiros, foram reciclados, também, para o resultado financeiro os custos de transação não amortizados correspondentes à dívida extinta, somando R\$2.310. O aditamento homologado previa, ainda, o pagamento integral do saldo dos credores não financeiros ainda existentes em até 30 dias após publicada a decisão, de modo que foram pagos 99,99% de todos os credores não financeiros, o que equivale a 97% da dívida com essa classe desde o início do procedimento, restando apenas dois credores não parceiros a pagar, aos quais foram aplicados desconto de 40% sobre o valor homologado e o saldo residual será pago conforme as novas regras da Tranche A. A Companhia realizou um pagamento total de R\$ 3.414 em 30 dias após publicada a decisão, não restando saldo a pagar em aberto. Do montante total pago, não houve saldo enquadramento nas condições do aditivo para aplicação do desconto de 40%. (d) Possíveis efeitos do conflito Rússia-Ucrânia nas demonstrações financeiras: O conflito entre a Rússia e a Ucrânia tem impactado o cenário global e, nesse contexto, o setor sucroenergético, podendo afetar a disponibilidade e preço de insumos, principalmente de fertilizantes, petróleo e outras commodities, além do aumento das taxas de juros e da inflação (com tendência de queda desde o final de 2023), dos custos de fretes, dentre outros, podendo impactar a Companhia com efeitos reflexos nos seus custos dos insumos produtivos e nas despesas de vendas. Até o momento, contudo, os efeitos do conflito Rússia-Ucrânia não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. A administração da Companhia está monitorando a situação, e até o momento não identificou alterações em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas nas demonstrações financeiras da Companhia. (e) RenováBio: Foi instituído pelo Governo Federal através da Lei 13.576/2017. O principal instrumento do RenováBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. As metas nacionais de redução de emissões para a matriz de combustíveis foram definidas para o período de 2019 a 2029 pela Resolução CNPE nº 15, de 24 de junho de 2019, sendo anualmente desdobradas em metas individuais compulsórias para os distribuidores de combustíveis, conforme suas participações no mercado de combustíveis fósseis, nos termos da Resolução ANP nº 791/2019, de 12 de junho de 2019. Por meio da certificação da produção de biocombustíveis são atribuídas as notas para cada produtor e importador de biocombustível, em valor inversamente proporcional à intensidade de carbono do biocombustível produzido (Nota de Eficiência Energético-Ambiental). A nota reflete exatamente a contribuição individual de cada agente produtor para a mitigação de uma quantidade específica de gases de efeito estufa em relação ao seu substituto fóssil (em termos de toneladas de CO² equivalente). Além da nota, o processo de certificação da produção de biocombustíveis leva em conta a origem da biomassa energética matéria-prima do biocombustível. No caso de biomassa produzida em território nacional somente pode ser considerada a produzida em imóvel com Cadastro Ambiental Rural (CAR) ativo ou pendente e sem ocorrência de supressão de vegetação nativa a partir dos marcos legais do RenováBio (volume elegível). O biocombustível comercializado dá origem ao CBIQ, na proporção estabelecida conforme nota estabelecida para o produtor. A Companhia comercializou no exercício findo em 31 de março de 2024 0,3 milhão de CBIQs (0,2 milhão, em 31 de março de 2023) com impacto de R\$ 31.337 (R\$ 22.058, em 31 de março de 2023) na receita bruta. (f) Gestão de riscos climáticos: Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, o Grupo Atvos está sujeito a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **Base de contabilidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCO 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras de 31 de março de 2024, em 28 de junho de 2024. **2.1. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Para os ativos que requerem mensuração e apresentação de acordo com o seu valor justo ou teste de redução ao valor recuperável - *impairment* (estoques, ativos biológicos, imobilizado e intangível, incluindo o ágio), a Companhia informa que considerou os impactos econômicos e financeiros projetados em função o conflito Rússia-Ucrânia, nas premissas utilizadas em seus referidos cálculos. Todos os efeitos decorrentes desta mensuração foram considerados nas demonstrações financeiras. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** a) *Moeda funcional e moeda de apresentação:* Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. b) *Transações e saldos:* As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na

Demonstração do resultado - 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Receita operacional líquida	25	1.129.329	895.638
Custo dos produtos e serviços vendidos	26	(762.116)	(797.675)
Lucro bruto		367.213	97.963
Despesas com vendas	26	(530)	(958)
Despesas administrativas e gerais, líquidas	26	(63.470)	(37.583)
Resultado de participações societárias	11	285	175
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	1.679	15.046
Lucro operacional antes do resultado financeiro		305.177	74.643
Receitas financeiras	28	127.475	17.073
Despesas financeiras	28	(114.899)	(123.375)
Variações cambiais, líquidas	28	22.290	5.427
Resultado financeiro, líquido		34.866	(100.875)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		340.043	(26.232)
Imposto de renda e contribuição social correntes	22 (b)	(113)	(18.596)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22 (b)	(70.693)	31.437
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		269.237	(13.391)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - em Reais	20 (d)	0.21	(0.01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente - 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		269.237	(13.391)
Outros resultados abrangentes:			
Valores a serem posteriormente reconhecidos no resultado financeiro:			
Resultado com instrumentos financeiros designados como hedge accounting	30.1(e)	(2.631)	—
Tributos diferidos sobre hedge e outros	30.1(e)	(9)	—
Resultado abrangente do exercício		266.597	(13.391)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

demonstração do resultado, exceto quando e se aplicável, relacionados aos instrumentos designados em operações de *hedge* de fluxo de caixa, quando são incluídos na conta de “Ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, quando não relacionados às operações de *hedge* de fluxo de caixa, são registrados na demonstração do resultado, dentro do resultado financeiro, nas rubricas, “Juros passivos”, “Variação cambial passiva (ou ativa)” e “Variação monetária passiva (ou ativa)”. Os rendimentos de caixa e equivalentes de caixa são registrados na demonstração do resultado, na conta de “Receitas financeiras”, nas rubricas, “Rendimento com aplicações financeiras”, conforme Nota 28. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Ativos financeiros:** *Classificação:* A Companhia classifica e mensura seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultados (VJR), conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros (vide Nota 2.2). A classificação deve levar em consideração o modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratados. *Reconhecimento e mensuração:* As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado, dentro de “Receitas e despesas financeiras” na rubrica “Ajuste a valor de mercado” (Nota 26). Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado, na conta de “Outras despesas operacionais, líquidas” como “Ganhos e perdas de títulos de investimento”. Os juros de títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado, na conta de “Receitas e despesas financeiras”, na rubrica “Outras receitas (despesas) financeiras”. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em seus ativos financeiros para o grupo de ativos financeiros. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, a perda esperada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo projetado, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio líquido e reconhecida na demonstração do resultado. Para os instrumentos patrimoniais, as perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas. *Compensação de instrumentos financeiros:* Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *Impairment de ativos financeiros:* Para os ativos mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia no encerramento do balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado ou se há evidência objetiva de perdas futuras. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de confiança ou outra reorganização financeira; (iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e • Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.6. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de deriv

impairment, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do impairment. **2.15. Contas a pagar aos fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.16. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos recursos são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que a liquidação ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de liquidação de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez, e instrumentos financeiros de dívida, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. A remuneração sobre os empréstimos e financiamentos é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, inclusive nos casos de descumprimento contratual que impliquem no vencimento antecipado de todo o passivo, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data do balanço. **2.17. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo e, portanto, atualização do passivo, é reconhecido como despesa financeira. **2.18. Provisões para processos judiciais:** A Companhia reconhece provisões para processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários) em que são parte envolvidas, com base na avaliação da probabilidade de perda realizada por seus assessores jurídicos, baseando-se nas leis, jurisprudências e evidências disponíveis. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente. **2.19. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados na data do balanço em que a Companhia gera lucro tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e base negativa acumulados e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, aplicando-se às alíquotas da legislação vigente. Estes impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que os lucros futuros tributáveis sejam suficientes para compensar os créditos fiscais advindos das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, de acordo com projeções de resultados elaboradas, e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações. Os tributos sobre a renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. As alíquotas de imposto de renda e contribuição social aplicadas para cálculo dos impostos correntes e diferidos seguem a legislação vigente sendo, atualmente, 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. **2.20. Reconhecimento de receita:** a) *Venda de produtos:* A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida de impostos, fretes, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. b) *Receita financeira:* A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda por *impairment* é identificada em relação a um contas a receber, reduz-se o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira, que é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **2.21. Direito de uso e passivos de arrendamento:** A Companhia adota a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuírem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento, como um passivo. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale à taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou de valor material não foram enquadrados no escopo da norma. **2.22. Adiantamentos de clientes:** Referem-se, principalmente, à entrega futura de produtos, podendo ser prorrogados por uma ou mais safras, mediante entendimento entre as partes. **2.23. Outras despesas operacionais, líquidas:** Compostas, principalmente, por provisões e/ou perdas relacionadas a processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários). **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** São continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas abaixo: a) **Valor justo dos ativos biológicos:** O valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado nas Notas 2.13 e 8. b) **Perda por impairment estimada do ágio e outros ativos:** A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de valores recuperáveis dos ágios e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ativos imobilizados e intangível de vida definida que estão sujeitos à depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que foi atribuído o ágio inclui também o uso de estimativas e requer um grau significativo de julgamento da Administração. Para mais detalhes, vide Notas 2.11(a) e 13. c) **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudo de viabilidade técnica. d) **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. É utilizado a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, não negociados em mercados ativos. As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando o derivativo for designado e qualificado como *hedge* para fins contábeis na data da operação. e) **Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado e intangível:** A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. f) **Provisão para contingências:** A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para mais detalhes, vide Nota 24. g) **Taxa incremental dos passivos de arrendamento a pagar:** A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamento, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 14 (b). **4. Impactos de novas normas e interpretações nas demonstrações financeiras: 4.1. Novos pronunciamentos técnicos adotados:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez pela Companhia para o exercício iniciado em 1º de abril de 2023: **Normas** **Data de início**

- IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de seguro; 1º de janeiro de 2023
- Alterações à IAS 1 (CPC 26 (R11)) - Apresentação das demonstrações contábeis e o *IFRS Practice Statement 2*; 1º de abril de 2023, para a Companhia
- IAS 12 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação;
- Alterações à IAS 12 (CPC 32) - Tributos sobre o lucro (reforma tributária internacional - regra do modelo do pilar dois);
- Alterações à IAS 8 (CPC 23) - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros (definição de estimativas contábeis).

 A Administração avaliou as respectivas alterações nos pronunciamentos e concluiu que não foram necessários ajustes relevantes nas demonstrações financeiras, encerradas em 31 de março de 2024, em função das respectivas adoções. **4.2. Novas normas e interpretações aplicáveis às demonstrações financeiras:** Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A avaliação dos potenciais impactos nas demonstrações financeiras ainda não foi iniciada, mas considerando as atuais operações não se esperam impactos relevantes: **Normas** **Data de início**

- Alterações à IAS 1 (CPC 26(R11)) - Classificação de 1º de janeiro de 2024 passivos como circulantes ou não circulantes; ou 1º de abril de 2024,
- Alterações à IAS 1 - Passivo não circulante com *covenants*; para a Companhia
- Alterações à IAS 7 (IFRS 7) - Acordos de financiamento de fornecedores;
- Alterações ao IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma transação de *"Sale and Leaseback"*

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos em três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

a) Caixa e equivalentes de caixa:	Rendimento		
	anual	31/03/2024	31/03/2023
Caixa e bancos - no Brasil		1.109	32
Aplicações financeiras: no Brasil:			
CDB	98,11% CDI	119.099	144.540
Fundos de investimento (i)	-	-	6.114
		119.099	150.654
Caixa e bancos - no exterior (moeda estrangeira - nota 30.a):		366	1.204
Margem de garantia	5,35% (ii)	111.212	-
		231.786	151.890
(i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos e liquidez diários.			
(ii) Os depósitos de margem em operações com derivativos se referem às chamadas de margens em bolsa de mercadorias, expostas, substancialmente, à variação do dólar norte-americano. b) Aplicações financeiras:			
Rendimento			
	anual	31/03/2024	31/03/2023
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações no Brasil:			
CDB	102,00% CDI	10.565	9.688
Fundos de investimento (i)	-	-	2.273
		10.565	11.961
Ativo circulante		-	-
Ativo não circulante		10.565	11.961
(i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos diários e vencimentos superiores a 3 meses. 6. Contas a receber de clientes: O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:			
Nota		31/03/2024	31/03/2023
Contas a receber - no Brasil (moeda nacional):			
- de clientes		25.379	15.120
- de partes relacionadas	10 (a)	397	45
		25.776	15.165
Provisão para perdas de crédito esperadas:			
- de clientes		(189)	(180)
		(189)	(180)
Ativo circulante		25.588	14.985
A Companhia não tem títulos cedidos como garantia. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber de clientes. A análise do vencimento das contas a receber de clientes é como segue:			
31/03/2024		31/03/2023	
A vencer:		25.391	14.123
Vencidos:			
- até 30 dias		31	922
- de 31 a 60 dias		178	-
- de 61 a 90 dias		60	-
- de 181 a 360 dias		-	4
- acima de 360 dias		116	116
		385	1.042
		25.776	15.165
A provisão para perdas de crédito esperada foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, as garantias reais para os débitos e, quando aplicável, negociações em andamento com base na avaliação dos assessores jurídicos. A provisão para perdas de crédito esperada é considerada suficiente pela administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber e a movimentação para o exercício social findo em 31 de março de 2024 e 2023, estando assim demonstrada:			
31/03/2024		31/03/2023	
Saldo no início do exercício		(180)	(134)
(Adições)		(167)	(395)
Baixa e reversões		159	349
		(189)	(180)
7. Estoques e adiantamentos a fornecedores: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização.			
31/03/2024		31/03/2023	
Produtos acabados e em elaboração		13.106	23.284
Créditos de descarbonização - CBIOS (i)		667	99
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar (ii)		87.640	66.189
Adiantamentos - compra de insumos e outros (iii)		32.330	1.074
Custos a apropriar do período de entressafra (iv)		79.261	76.555
Almoxnarado de insumos, materiais auxiliares e manutenção (v)		23.001	26.823
		(3.058)	(4.770)
		232.947	189.254
		(172.958)	(152.432)
Ativo circulante		59.989	36.822
Ativo não circulante		-	-
(i) Renova Bio - CBIOS: em 31 de março de 2024, a Companhia possuía 9.531 CBIOS emitidos e ainda não comercializados (33.827 CBIOS, em 31 de março de 2023). A comercialização desses títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. (ii) Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar estão relacionados aos contratos de parceria agrícola e fornecedores de cana-de-açúcar. A classificação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa da administração quanto à realização desses saldos, mediante a entrega futura de cana-de-açúcar desses parceiros. (iii) Refere-se substancialmente a adiantamentos realizados para a aquisição de óleo diesel para a safra 24/25. (iv) Refere-se a gastos com manutenção e depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, que serão apropriados no resultado da safra seguinte. (v) Os estoques do almoxnarado de insumos, materiais auxiliares e manutenção, consideram a previsão de utilização e consumo segundo a projeção de plantio e moagem do próximo ciclo. Em 31 de março de 2024, os estoques apresentam-se deduzidos por perdas estimadas de realização e das provisões de estoques obsoletos e com giro lento. As movimentações das referidas perdas para os exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 estão demonstradas abaixo e foram reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica "Custo dos produtos vendidos":			
31/03/2024		31/03/2023	
Saldo no início do exercício		(4.770)	(4.706)
(Adições)		(3.058)	(1.785)
Reversões		4.770	1.721
		(3.058)	(4.770)
Saldo no final do exercício			
A Companhia está atualmente em negociação com o objetivo de realizar a venda de seus estoques obsoletos e com giro lento de almoxnarado a uma <i>cleantech</i> . As provisões para perda desses estoques consideram os valores prováveis realizáveis que resultarão desta negociação. 8. Ativos biológicos: Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo, após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais seis safras. A mensuração do valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas por meio de cálculos que consideram: (i) produtividade da cana-de-açúcar na safra, medida em tonelada; (ii) nível de concentração de açúcar (Açúcar Total Recuperável ("ATR")) esperado para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECANA (Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração o mix de produção, no mercado, de açúcar e etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um destes produtos; e (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a Colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); e (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola (passivos de arrendamento); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado, considerando-se uma taxa de desconto que objetivava definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo circulante tendo como contrapartida a conta "custo dos produtos vendidos" na demonstração do resultado. A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita da cana-de-açúcar. As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:			
31/03/2024		31/03/2023	
Área total estimada de colheita (ha)		26.810	24.597
Produtividade prevista (ton/ha)		93.89	80.78
Quantidade de ATR por ton, de cana-de-açúcar (kg)		136,14	132,76
Preço médio projetado de ATR (R\$)		1,1280	1,1476
Na demonstração financeira atual, a taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 8,23% a.a. (10,21% a.a. em 31 de março de 2023). O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras. A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita. Durante exercício findo em 31 de março de 2024, a Companhia revisou as premissas utilizadas para o cálculo do valor biológico, dos quais os principais impactos foram: (i) aumentos dos custos agrícolas; e (ii) diminuição de preço do ATR médio, influenciado pelo preço do etanol e do açúcar <i>Very High Polarization</i> (VHP), em linha com o que vem sendo observado nos últimos meses, assim como pelo efeito da volatilidade do dólar americano; e (iii) aumento da produtividade e TCH, face aos investimentos realizados nas lavouras. Como resultado, a valorização do ativo biológico em 31 de março de 2024 foi assim determinada:			
31/03/2024		31/03/2023	
a) Composição:			
Ativo biológico			
(lavoura cana-de-açúcar)	392.005	(322.200)	69.805
Valor justo			
(lavoura cana-de-açúcar)	94.997	-	94.997
	486.502	(322.200)	164.302
b) Movimentação do ativo biológico:			
Saldo inicial dos ativos biológicos		70.234	83.758
Aumentos decorrentes de tratos		69.862	71.483
Variação no valor justo		94.997	(1.249)
Reduções decorrentes da colheita		(70.291)	(83.758)
Saldo final dos ativos biológicos		164.302	70.234
As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, os resultados das safras futuras poderão ser afetados, aumentados ou reduzidos. c) Análise de sensibilidade do valor justo: A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2024, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permaneceram inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$17.896 (R\$13.578, em 31 de março de 2023). Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$13.654 (R\$9.338, em 31 de março de 2023).			

Tributos a recuperar:		31/03/2024	31/03/2023
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS") (i)		47.042	30.089
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS") (ii)		10.092	15.959
Programa de integração social - ("PIS") (ii)		2.598	4.643
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF") (iii)		3.912	4.826
Instituto Nacional do Seguro Social - ("INSS") (iv)		521	521
Créditos tributários - REINTEGRA		2.786	2.444
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - ("IRPJ")		13	2
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - ("CSLL")		797	41
Outros tributos a recuperar		-	58
		67.761	58.583
		(41.970)	(48.961)
		25.791	9.622
Ativo circulante			
Ativo não circulante			
(i) ICMS: Os créditos de ICMS a recuperar são oriundos, sobretudo, do acúmulo em razão da maior produção e comercialização de etanol anidro, cuja venda o ICMS da operação é diferido para a etapa seguinte e ainda gera créditos outorgados ou presumidos em razão de benefícios fiscais concedidos pelos estados e vinculados à saída incentive tanto do etanol anidro como o etanol hidratado. Ainda, o maior acúmulo deriva do início da tributação monofásica do ICMS, a partir de 1 de junho de 2023, prevista através do Convênio ICMS nº 15/2023, também para o etanol anidro combustível, quando o tributo passou a incidir com alíquota fixa específica (ad rem) de R\$ 1,22200 por unidade de medida (litro), posteriormente alterado para R\$ 1,3721 pelo Convênio ICMS nº 173/2023, com vigência a partir de 1 de fevereiro de 2024. Os créditos acumulados poderão ser compensados com o débito da própria venda do etanol hidratado combustível. Para os créditos acumulados nos Estado do MS, com a publicação do Decreto 13.603/2023, possibilidade de transferência para outros contribuintes localizados no Estado, mediante condições específicas, pactuação de termo de compromisso de investimentos de desenvolvimento econômico e social. (ii) PIS e COFINS: Os saldos de PIS, COFINS e ICMS a recuperar advêm de transações mercantis, apropriados na aquisição de bens do ativo imobilizado e insumos de produção. Os saldos acumulados de créditos de PIS/COFINS foram reduzidos com sua maior utilização em razão da conclusão de trabalho de retificação das suas obrigações acessórias dos últimos 5 anos, conduzidos com apoio de consultoria independente, a qual permitiu a sua utilização com débitos correntes e correta regularização dos saldos. (iii) Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF: Refere-se, substancialmente, a imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras e antecipações realizadas e serão ressarcidos ou compensadas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido a recolher ou quaisquer outros tributos federais. (iv) Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS: Substancialmente, referem-se a créditos de INSS oriundos de superervência, relativa à receita de vendas para a Zona Franca de Manaus e equiparadas a exportações. 10. Partes relacionadas: A Companhia mantém saldos e realiza transações com sua controladora e outras partes relacionadas. Essas transações são realizadas no melhor interesse do Grupo Atvos como um todo e não necessariamente de uma entidade isolada. Os principais saldos e operações são como segue:			
a) Resumo dos saldos com partes relacionadas:			
		Nota	31/03/2024 31/03/2023
No ativo circulante			
Em contas a receber de clientes - mercado interno			
Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	388	-
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(a)	9	45
		397	45
Partes relacionadas			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(c)	992	-
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(c)	4.670	11.360
Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(c)	-	2
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(c)	-	102
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")	(c)	4	-
		5.666	11.464
		6.063	11.509
Total no ativo circulante			
No ativo não circulante			
Partes relacionadas			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(d)	33.811	117.061
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(d)	8	8
		33.819	117.069
Total no ativo não circulante			
No passivo circulante			
Fornecedores			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(a)	225	225
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(a)	454	445
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	358	244
Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	-	122
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(a)	1.727	1.640
Novonor S.A. e suas controladas ("Novonor")	(b)	-	396
		2.764	3.082
Empréstimos e financiamentos			
Soneva Energias Renováveis S.A. ("Soneva")	(e)	-	22.313
		-	22.313
Partes relacionadas			
Atvos Agroindustrial S.A. ("Atvos")	(c)	-	3.982
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(c)	-	753
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(c)	4	4
Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(c)	2.446	-
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(c)	3.661	-
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")	(c)	-	32
		6.111	4.771
		8.875	30.166
Total no passivo circulante			
No passivo não circulante			
Fornecedores			
Novonor S.A. e suas controladas ("Novonor")	(b)	-	41
		-	41
1. Investimentos: O saldo de investimentos da Companhia é composto com			
		Participação	Participação
		%	31/03/2023
Empresas			
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (i)		0,24	975.71
Outros			975.71
Classificados no investimento - ativo não circulante			
(i) Conforme disciplina o item 16 do CPC 18 (R2), a participação no CTC é co			
Movimentação dos investimentos:			
		Resultado com equivalência patrimonial	31/03/2024
31/03/2023			
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.		2.105	285
Outros		49	-
		2.154	285
		Resultado com equivalência patrimonial	31/03/2023
31/03/2022			
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.		1.930	175
Outros		49	-
		1.979	175
(i) Composição:			
Equipamentos e instalações industriais			
Edifícios e benfeitorias			
Planta portadora			
Máquinas e equipamentos agrícolas			
Benfeitorias em imóveis de terceiros			
Terras			
Móveis e utensílios			
Veículos			
Equipamentos de informática			
Imobilizado em andamento (ii)			
Adiantamentos a fornecedores (ii)			
(ii) Movimentação do imobilizado:			
Equipamentos e instalações industriais			
Edifícios e benfeitorias			
Planta portadora			
Máquinas e equipamentos agrícolas			
Benfeitorias em imóveis de terceiros			
Terras			
Móveis e utensílios			
Veículos			
Equipamentos de informática			
Imobilizado em andamento			
(i) Do decorrer da safra 21/22 a Companhia contratou empresa independente			
mentos agrícolas. Com a conclusão dos trabalhos a administração da Companhia vendeu, classificados no balanço patrimonial na rubrica "Outros créditos", r			
esses ativos em leilões, tendo a segunda etapa sido concluída em março de 2			
a Administração ainda possui alguns ativos que estão sendo avaliados para v			
a safra 24/25. (ii) Com o objetivo de atingir e expandir a capacidade instalad			
ntais, como aumento de plantio, tratos, fertilirrigação, deposição de frotas agr			
ntal desses investimentos tem previsão de ser concluída no decorrer das safra			
eus ativos tangíveis e intangíveis (exceto ágio) para determinar se há alguma			
ntes. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com			
Companhia afluviou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando sua neces			
ndimentos do conflito entre Rússia e Ucrânia, e não identificou um plano de			
3. Intangível: a) Composição:			
C			
ágio sobre investimentos (i)			
Demais intangíveis:			
Outorga e leilão de energia (ii)			
Software			
Software em desenvolvimento			
Licenças ambientais			
(i) Movimentação do intangível:			
C			
b) Movimentação sobre investimentos (i)			
Demais intangíveis:			
Outorga e leilão de energia (ii)			
Software			
Software em desenvolvimento			
Licenças ambientais			

(iii) Riscos diversos de máquinas e equipamentos agrícolas, com valor em risco depreciado de R\$46.423; (iv) Danos materiais da frota veicular, ao valor de mercado; (v) D&O (Responsabilidade Civil de Administradores, Diretores e/ou Conselheiros), com limite máximo de indenização de R\$150.000 (apólice primária + excesso); (vi) Responsabilidade civil ambiental durante o transporte de produtos, com limite máximo indenizável de R\$ 1.000; (vii) Transporte Nacional, com valor em risco de R\$594.968; (viii) Seguro garantia, com valor em risco de R\$32.483; (ix) Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética, com limite máximo de indenização de R\$5.000; (x) danos aos projetos de engenharia, com limite máximo segurável de R\$ 117.111; e (xi) responsabilidade civil de obras, com limite máximo indenizável de R\$ 5.000. A Administração considera os seguros contratados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A avaliação da razoabilidade dos seguros contratados não é escopo do trabalho dos auditores.

30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar e etanol estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros. Se necessário, instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros, assim como a adoção da prática da contabilidade de *hedge*.

30.1. Riscos de mercado: a) **Risco cambial:** A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descalçamento de moedas. O Grupo Ativos está exposto diretamente à variação cambial relativa principalmente a valores a receber resultante de receitas de exportação e dívidas contratadas indexadas em moeda estrangeira, substancialmente em dólares-americanos, assim como indiretamente pelo impacto em certos custos de produção relacionados a insumos agrícolas indexados nesta moeda. Se necessário, esse risco é administrado, por meio da contratação de ("NDFs - *Non deliverable forwards*") e/ou contratos de swaps. Cabe ressaltar que as decisões são tomadas a partir do resultado líquido da exposição cambial (ativos menos passivos). As operações, quando efetuadas, são realizadas com instituições financeiras de primeira linha. *Ativos e passivos expostos à variação cambial:* O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações financeiras atuais:

	31/03/2024	Milhares de US\$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		
(bancos - depósitos à vista)	366	73
Caixa e equivalentes de caixa (margem de garantia)	111.212	22.259
Instrumentos financeiros derivativos	30.229	6.050
Total dos ativos	141.807	28.382
Passivo circulante e não circulante		
Instrumentos financeiros derivativos	16.124	3.227
Total dos passivos	16.124	3.227
Subtotal ativo (passivo)	125.683	25.155
Exposição líquida ativa	125.683	25.155

A exposição líquida deduz empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, uma vez que estes serão liquidados com recursos oriundos das receitas com exportações futuras e, portanto, protegidos pela política de contabilidade *hedge* financeiro da Companhia. Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras atuais à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 4,9962, por US\$ 1,00 para os ativos e para os passivos. b) **Risco de volatilidade no preço de açúcar e etanol:** A Companhia está expostas à variação do preço do açúcar no mercado internacional relativo, principalmente, às receitas operacionais provenientes da venda do produto. A variação do preço de açúcar é gerenciada ativamente por meio de contratos futuros e de opções de Sugar #11 e de Etanol na bolsa de mercadorias futuras de Nova Iorque - NYBOT (ICE-NY) e BM&F. Conforme Política sobre Riscos Financeiros e Econômicos, a administração da Companhia está autorizada a contratar operações de fixação de preço de açúcar lastreadas em até 100% da produção prevista para a safra corrente e até 50% da produção da safra seguinte. Adicionalmente, a Companhia está exposta à flutuação do preço do etanol no mercado interno relativo às receitas operacionais de venda do produto. A proteção da exposição à variação do preço de etanol, quando necessária, é feita por meio de instrumentos financeiros que tenham aderência e correlação direta ou indireta com os preços de etanol ou contratos futuros de Etanol Hidratado na bolsa de mercadorias futuras da BM&F-Bovespa. Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía contratos em aberto de futuros e *swap*, bem como possuía resultado represso no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial, que tem como objeto de *hedge* as receitas futuras altamente prováveis. Em 31 de março de 2023, a Companhia não possuía contratos em aberto e futuros, opções ou *swap*, para proteção de preços. c) **Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas, sendo que parte substancial da alavancagem teve sua atualização monetária e indexação, quando aplicável, fixadas em razão da PRJ (Nota 16). No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural de parte importante do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas, e que as dívidas vinculadas ao PRJ também têm indexações pós-fixadas (principalmente CDI). Quanto à moeda estrangeira, nos empréstimos e financiamentos, os riscos de flutuação de taxa de juros e moeda são mitigados, se necessário, através das aplicações financeiras *offshore* e pelas receitas de exportações, estando também a Companhia, conforme anteriormente comentado, apta a contratar NDFs ou contratos de swaps. Em 31 de março de 2023, não havia instrumentos financeiros contratados desta natureza, sendo que à partir do mês de junho de 2023 a Companhia iniciou a contratação destes instrumentos para proteção desse risco. d) **Análise de sensibilidade dos riscos de mercado:** Para a análise de sensibilidade do exercício findo em 31 de março de 2024, a Companhia considerou o cenário provável as taxas de juros projetadas dos próximos 12 meses para sensibilidade de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, conforme taxas abaixo (fonte Boletim Focus), e as projeções para o dólar americano em 31 de março de 2024 para sensibilidade dos saldos em moeda estrangeira. Os demais cenários considerados foram o aumento ou redução de 25% e 50% sobre o cenário provável. O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças dos fatores de risco de câmbio. Referida análise considera apenas os instrumentos que não estão designados para *hedge accounting*:

	Taxa provável utilizada	Cenário Exposição provável	Cenário possível 25%	Cenário possível 50%	Cenário possível -25%	Cenário possível -50%
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	US\$ 5,0000	366	—	—	—	—
Caixa e equivalentes de caixa (margem de garantia)	US\$ 5,0000	111.212	85	21	43	(21)
Instrumentos financeiros derivativos (ativo)	US\$ 5,0000	30.229	23	6	12	(6)
Instrumentos financeiros derivativos (passivo)	US\$ 5,0000	(16.124)	(12)	(3)	(6)	3
Impacto adicional no resultado do exercício			96	24	49	(24)
						(49)

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças das taxas de juros aos quais a Companhia está exposta. Em 31 de março de 2024, o cenário provável considera a taxa média ponderada anual de juros pós-fixados dos empréstimos e financiamentos e para aplicações financeiras, basicamente, o CDI e o IPCA acumulado dos últimos 12 meses. Em ambos os casos, foram realizadas simulações com aumento e redução de 25% e 50%. Os resultados consolidados dessa sensibilidade estão apresentados a seguir:

				Controladora	
				Cenário possível 25%	Cenário possível 50%
				-25%	-50%
Fator de risco	Taxas provável utilizada	Cenário Exposição provável	Cenário possível 25%	Cenário possível 50%	Cenário possível -25%
Aplicações financeiras - Nota 5(a)	100% CDI	8,50%	119.099	9.932	2.483
Aplicações financeiras - Nota 5(b)	100% CDI	8,50%	10.565	881	220
Empréstimos e financiamentos	100% CDI	8,50%	(200.290)	(17.025)	(4.256)
Impacto adicional no resultado do exercício			(6.212)	(1.553)	(3.106)

e) **Instrumentos financeiros e Hedge accounting:** A Companhia optou pela utilização da contabilidade de *hedge (hedge accounting)* para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros. Como objeto de *hedge* foram consideradas as receitas de vendas altamente prováveis (vendas futuras), e como instrumento os pagamentos esperados das dívidas em moeda estrangeira (indexadas ao dólar americano). Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos e retrospectivos de eficácia que demonstraram que as designações para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz. Em relação aos hedges de açúcar e etanol, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras desses produtos. Estas operações são realizadas nas bolsas nacionais e internacionais (BM&F, ICE/NYBOT), e com instituições financeiras de primeira linha mediante contratos de balcão ou diretamente com nossos clientes. Para os hedges de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes hedges são contratados mediante contratação de "Termos de Moeda" (NDFs), *Swaps* e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha e dentro dos critérios de Gestão de Risco mencionados no item 30.2. Nas demonstrações financeiras atuais, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e seus devidos vencimentos, estão apresentados a seguir:

	31/03/2024
Valor/Volume contratado	Preço/taxa média
No ativo circulante - Ganho	
Depósito de margem (i)	111.212
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa	
- Compromissos de compra	55.070
- Compromissos de venda	187.410
Contratos futuros de mercadoria - Ethanol - Bolsa	
- Compromissos de venda	3.150
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante	2.539,62
No passivo circulante - Perda	141.441
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa	
- Compromissos de venda	113.086
Contratos futuros de mercadoria - Ethanol - Bolsa	
- Compromissos de venda	30.030
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante	2.320,81

(i) O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais e de variação estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro.

Diretoria	
Bruno Pessoa Serapiao - Diretor Presidente	Julio Enrique Varela Gubitosi - Diretor Financeiro

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Ativos Bioenergia Eldorado S.A. (anteriormente denominada Usina Eldorado S.A.)**, São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ativos Bioenergia Eldorado S.A. (anteriormente denominada Usina Eldorado S.A.) ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ativos Bioenergia Eldorado S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para

fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro

Em 31 de março de 2023 a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos contratados. Os saldos de resultado potencial com operações de futuro e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades. A composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* na data das demonstrações financeiras atuais, é como segue:

	31/03/2024	31/03/2023
Ativo	Passivo	resultados abrangentes
Instrumentos financeiros:		
Derivativos de mercadorias - NDF/Swap	30.229	16.124
	(2.631)	16.736
	30.229	16.124
	(2.631)	16.736
Tributos diferidos sobre os itens acima	(9.956)	—
	(9)	(10.269)
	20.273	16.124
	(2.640)	6.467

Nas demonstrações financeiras atuais, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

	futuras								
	Safra	Safra	Safra	Safra					
	24/25	25/26	26/27	(encerrando em 2034)	Total				
						Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio do resultado	119.099	150.654
						Caixa e equivalente de caixa (margem de garantia)	Valor justo por meio do resultado	111.212	—
Instrumentos financeiros							Valor justo por meio do resultado		
derivativos:						Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	10.565	11.961
Derivativos de mercadorias - NDF/Swap	14.105	—	—	—	14.105	Instrumentos financeiros	Valor justo por meio do ORA	30.229	—
	14.105	—	—	—	14.105	Contas a receber de clientes	Custo amortizado	25.588	14.985
Tributos diferidos sobre os itens acima	(10.278)	—	—	—	(10.278)	Depósitos judiciais	Custo amortizado	2.808	4.465
	3.827	—	—	—	3.827	Partes relacionadas	Custo amortizado	39.485	128.533
Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos consolidados em outros						Outros créditos, exceto pagamentos antecipados	Custo amortizado	3.201	7.307